REVISTA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Volume 3 – maio 2015 – ISSN 2318-2253

Periodicidade semestral

Revista do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, Brasília, DF.

Conselho Editorial

Amanda Flávio de Oliveira

Ana de Oliveira Frazão

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Celso Campilongo

Diogo Coutinho

Edmond Schlumberger

Eduardo Frade Rodrigues

Eleanor Fox

Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo

Ivo Gico Junior

Laurence Idot

Marcio de Oliveira Júnior

Paula Forgioni

Paulo Burnier da Silveira

Saulo Casali

Vinicius Marques de Carvalho

William Kovacic

Coordenação Editorial

Vinicius Marques de Carvalho

Paulo Burnier da Silveira

Marcela Mattiuzzo

Correspondência Redatorial

Revista de Defesa da Concorrência

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano

CEP 70770504 – Brasília, DF

E-mail: revista@cade.gov.br

Sumário

Apresentaçãoiii

I - Atualidades

Programa de Compliance Antitruste: a hora e a vez de repensá-lo no ordenamento concorrencial brasileiro (Guilherme Missali Teno Castilho) 5

II – Controle de estruturas

Alocação de slots em aeroportos congestionados: análise econômica dos mecanismos de entrada (Ricardo Sampaio da Silva Fonseca, Caio Cordeiro de Rezende e Thiago Costa Monteiro Caldeira) 28

Análise Prévia de Atos de Concentração e a Cessão de Direitos e Obrigações dos Contratos de Concessão e Partilha de Produção na Indústria do Petróleo (Sanzia Mirelli da Costa Guedes) 64

Avaliação ex-post da política de defesa da concorrência: metodologias e aplicações (Carolina Tojal Ramos dos Santos) 87

III – Controle de condutas

CADE, Cartéis e Licitações: um novo nicho da política antitruste brasileira (Tereza Cristine Almeida Braga)..... 108

Ação Privada de Ressarcimento Civil Derivada de Conduta Anticoncorrencial: do Termo Inicial da Prescrição (Marcelo Rivera dos Santos)..... 133

A Jurisprudência do CADE sobre a Base de Cálculo das Multas Administrativas Aplicadas por Infração à Ordem Econômica: O critério do ramo da atividade (Mariam Tchepurnaya Daychoum) 161

IV – Diálogos setoriais

Interação entre direito da propriedade intelectual e direito da concorrência: o instituto das patentes pipeline e seu impacto na concorrência do mercado de antirretrovirais no Brasil (Paula Wardi Drumond Gouvea Lana) 181

Regulação da mídia e direito da concorrência no Brasil: a interface entre democracia e concorrência no mercado televisivo brasileiro (Ana Paula Chudzinski Tavassi) 206

Apresentação

Neste primeiro semestre do ano de 2015, apresentamos uma nova edição da **Revista de Defesa da Concorrência**, composta por nove artigos, distribuídos em quatro seções, que buscam discutir atualidades, o controle de estruturas, o controle de condutas e questões atinentes a setores específicos da economia.

A publicação dessa edição vem em seguida do reconhecimento do CADE como melhor agência antitruste das Américas no ano de 2014 pela *Global Competition Review* e nada melhor que os trabalhos aqui expostos para demonstrar como de fato muito do resultado positivo que o direito concorrencial brasileiro vem obtendo na esfera internacional decorre da qualidade crescente do material produzido no país que busca debater o tema.

Na primeira seção, temos o artigo “Programa de *Compliance* Antitruste: a hora e a vez de repensá-lo no ordenamento concorrencial brasileiro”, em que o autor busca contextualizar a discussão dos programas de *compliance* concorrenciais no Brasil, estabelecer sua relação com outros instrumentos normativos e também levantar algumas questões que ainda devem ser respondidas pelo ordenamento brasileiro, tendo em conta a experiência internacional, o histórico do CADE e a jurisprudência. De fato, nada mais atual que essa questão, tendo em conta que um “Guia de *Compliance*” está sendo elaborado nesse momento pela autoridade e visa responder precisamente a alguns dos pontos levantados pelo autor.

Já na segunda seção, trazemos três artigos. O primeiro deles trata da alocação de *slots* em aeroportos congestionados. Sob o prisma econômico, os autores alertam sobre a criação de barreiras à entrada, dimensão essencial para a análise concorrencial no controle de estrutura. O segundo artigo aborda um debate bastante recente afeito ao contexto dos atos de concentração: a questão do *gun jumping* – e conseqüentemente da análise prévia dos atos de concentração. A autora busca tratar do tema no contexto específico dos contratos de concessão ou partilha na indústria petrolífera. Uma escolha bastante pertinente, já que o Guia para Análise Prévia de Atos de Concentração foi lançado há pouco tempo pelo CADE. O terceiro trata da avaliação da política de defesa da concorrência, relativamente a intervenções específicas promovidas em atos de concentração. A autora debate três métodos utilizados para

esse tipo de estudo na esfera internacional, sugerindo sua adoção no Brasil para correta verificação dos efeitos da política pública antitruste.

A seção sobre controle de condutas é composta por mais três artigos. O primeiro discorre sobre o fortalecimento do combate a cartéis no SBDC, especialmente daqueles que ocorrem em licitações, e sobre a necessidade da integração e da união de esforços quando das investigações destas condutas colusivas pelas autoridades. Já o segundo discute um aspecto que tem ganhado maior destaque na doutrina e na jurisprudência brasileiras, qual seja, as ações privadas de ressarcimento civil decorrentes de decisões administrativas na esfera concorrencial. Em específico, o autor pretende tratar do termo inicial de contagem do prazo prescricional para propositura de tais ações, propondo duas interpretações para o disposto no artigo 47 da Lei 12.529/2011. O último artigo trata das multas administrativas, em particular da base de cálculo utilizada pelo CADE em sua jurisprudência, tendo em conta o critério do ramo da atividade na qual o agente econômico alvo da discussão se insere. A análise proposta é tanto quantitativa quanto qualitativa, e procura determinar se há coerência na atuação da autoridade.

Finalmente, na seção “Diálogos setoriais”, trazemos dois artigos que, como o próprio nome indica, tratam da defesa da concorrência em sua interface com a regulação. Nessa edição, os debates são sobre propriedade intelectual e mídia. A autora do primeiro texto faz um estudo sobre a inserção das *pipelines* no ordenamento brasileiro, com ênfase no uso indevido de tal instituto para política pública de saúde, ressaltando o caso dos pacientes portadores do vírus HIV. Já a autora do segundo trabalho resalta o tema da mídia brasileira sob duas perspectivas, a econômica e a política, mostrando a conexão entre ambas por meio do ângulo concorrencial, sustentando que a regulação do setor traria muitos benefícios à sociedade, notadamente sua maior democratização.

Uma excelente leitura a todos!

Vinicius Marques de Carvalho
Editor-chefe da Revista de Defesa da Concorrência